



*Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves*

189

199

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 108099-1

Apelante: Ivonete Madalena da Silva

Apelada: Trevo Banorte Seguradora S/A

Relator Convocado: Juiz Francisco Julião de Oliveira Sobrinho

EMENTA: AÇÃO INDENIZATÓRIA. APELAÇÃO CÍVEL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INOVAÇÃO RECURSAL. CONFIGURADA. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA. AFASTADA. NÃO COMPROVAÇÃO DA CULPA. IMPOSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

Sobrinho
5400

- Alterar o pedido inicial me sede recursal é incabível.
- Salvo estipulação contratual em contrário, a seguradora de veículo é parte legítima para figurar no pólo passivo que envolve acidentes de veículos, eis que o contrato de seguro é essencialmente de natureza indenizatória e contempla, também, em seu objeto, estipulação em favor de tercelro.
- A culpa não pode ser presumida, devendo ser lastreada em prova robusta.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível tornada sob o nº. 108099-1, acordam os desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, a unanimidade de votos, em negar provimento ao apelo para manter íntegra a sentença recorrida, nos termos do voto da Turma.

Recife, 18 de novembro de 2009.

Juiz Francisco Julião de Oliveira Sobrinho
Relator Convocado



182
190
Apelação Cível nº 108099-1 TJPE

*Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves*

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 108099-1

Apelante: Ivonete Madalena da Silva

Apelada: Trevo Banorte Seguradora S/A

Relator Convocado: Juiz Francisco Julião de Oliveira Sobrinho

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de apelação interposto contra sentença que, em sede de Ação Indenizatória, julgou improcedente o pedido formulado na inicial, à falta de provas, fazendo-o com fundamento no artigo 269, I, do CPC.

Na ação originária, a viúva do Sr. José Crispim da Silva, Ivonete Madalena da Silva, pleiteia indenização contra a Trevo Banorte Seguradora, pois o segurado Sr. Eduardo Cavalcanti de Oliveira no ano de 1998, na estrada de Toritama, colidiu seu veículo com a moto do Sr. José Crispim, que veio a falecer no local do acidente.

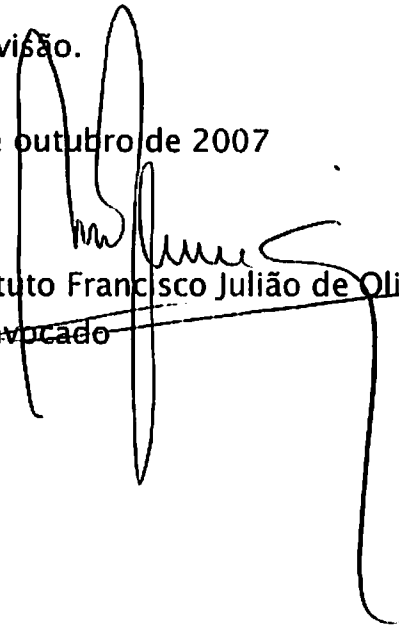
Sustenta a recorrente (fls.145/149), resumidamente, nas suas razões recursais: 1) que o Sr. Eduardo Cavalcanti de Oliveira é o responsável criminal pela morte de seu marido; 2) que a responsabilidade encontra-se comprovada às fls. 72 a 75 dos autos e 3) que existem inúmeros julgados reconhecendo a responsabilidade da seguradora para pagar indenização aos sucessores das vítimas de acidente de trânsito. Ao final, pugna pelo provimento do apelo.

As contra-razões estão lançadas às fls. 162/171, com as quais argüi a Apelada: 1) em preliminar, a proibição de inovação recursal, pois na apelação a parte autora inova em sua causa de pedir consubstanciando o pedido em verbas indenizatórias de aposentadoria, gratificação natalina e férias; 2) a ilegitimidade passiva "ad causam" da seguradora; 3) aponta a não caracterização da culpa do motorista, seu segurado. Ademais, requer o improvimento do recurso, para manter a sentença monocrática em todos os seus termos.

É o relatório, no essencial.

À Douta Revisão.

Recife, 9 de outubro de 2007


Des. Substituto Francisco Julião de Oliveira Sobrinho
Relator Convocado



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves

pl. 189
Qfr

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 108099-1

Apelante: Ivonete Madalena da Silva

Apelada: Trevo Banorte Seguradora S/A

Relator Convocado: Juiz Francisco Julião de Oliveira Sobrinho

VOTO

Cinge-se a pretensão ora objeto de apreciação jurisdicional ao cabimento de indenização decorrente de morte em acidente de veículo.

No que tange a alegação da Seguradora/Apelada de inovação recursal, ressalta-se que o argumento apresentado pela Autora/Apelante em tela recursal que não foi objeto de discussão em primeiro grau, constitui inovação recursal, não passível de análise em segundo grau. O procedimento é uma marcha que não pode revelar coisas novas a cada passo, surpreendendo as partes e o judiciário, sendo certo que o efeito devolutivo inerente aos recursos importa na restituição somente de matéria "já impugnada" (artigo 515, do CPC). Dessa forma, quando nos pedidos da apelação a recorrente amplia seus pedidos iniciais - aumentou o valor da indenização pleiteada com base no tempo que o *de cujos* tinha para se aposentar - está a inovar.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DIVERSO DO CONSTANTE NA INICIAL. INOVAÇÃO INCABÍVEL. 1. Incabível, em sede recursal, alterar o pedido veiculado na petição inicial. 2. Recurso especial não conhecido.

(RESP 840872 / MT, Ministro: TEORI ALBINO ZAVASCKI, Primeira Turma, Data do Julgamento 21/09/2006).

Alegação acolhida.

Quanto ao argumento de ilegitimidade passiva da Seguradora/Ré, para figurar no pólo passivo desta ação, não há óbice para tanto,

193
fl. 170
Qr

vez que os princípios de ordem pública, notadamente os da função social do contrato, da celeridade e efetividade do processo, legitimam a seguradora, em face da responsabilidade decorrente do contrato de seguro, a integrar o pólo passivo da demanda indenizatória.

Não vislumbro fundamento comprometido com a lógica do razoável que possa justificar outra interpretação acerca da matéria, a qual, há muito debatida nos diversos Tribunais de Justiça, resultou na edição de alguns acórdãos dentre os quais:

EMENTA: PROCESSO CIVIL. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM AFASTADA. Seguradora de veículos é parte legítima para figurar no pólo passivo que envolve acidentes de veículos, eis que o contrato de seguro é essencialmente de natureza indenizatória e contempla, também, em seu objeto, estipulação em favor de terceiro. As disposições do artigo 1463, do Código Civil dispõem de tutela sobre direitos e não sobre coisas. A Seguradora só não é parte legítima se assim constar, expressamente, na apólice (Art. 1463, parágrafo único - CC). Negado provimento ao recurso para manter-se a sentença monocrática pelos seus próprios fundamentos sentença. (20000710092185ACJ, Relator JOÃO TIMÓTEO, Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F., julgado em 24/04/2001, DJ 25/06/2001 p. 67).

Pelos motivos elencados, desse modo, voto pelo descabimento da arguição de ilegitimidade passiva "ad causam".

Ademais, o recurso interposto por Ivonete Madalena da Silva, na forma de apelação, insurge-se contra sentença que indeferiu o pedido exordial, isso por haver o intérprete-aplicador de primeiro grau de jurisdição entendido, no caso em tela, que a prova documental e testemunhal são imprestáveis para se cogitar de culpa. Não viu, portanto, provada nos autos a culpa do motorista segurado da demandada no acidente que vitimou o marido da requerente, razão pela qual não pode prosperar o pedido.

Em relação à alegação da apelante de que o Sr. Eduardo é o responsável criminal pela morte do Sr. José Crispim e que o referido fato encontra-se provado nos autos, tal argumento não merece prosperar.

As fls. 72/75 foram apontadas pela Apelante como documentos que comprovam a responsabilidade do segurado pelo acidente, entretanto, o que se vê é apenas o contrato de seguro.

Observo a fl.45 do processo em epígrafe, o interrogatório do réu, que atesta a realização de proposta de suspensão do processo crime em virtude de prestação de serviços a comunidade, doação de material para recuperação da via pública, enfim, não teve por este motivo contra si uma sentença penal, seja condenatória seja absolutória. Desse modo, não restou comprovada a conduta ilícita do segurado (Sr. Eduardo) tanto no juízo criminal, quanto no cível.

Sabe-se que existe independência da responsabilidade civil em relação à criminal, porém se a prova do juízo crime colacionada a estes autos fosse uma sentença condenatória, a culpa no processo civil estaria demonstrada.

Então, pode-se concluir que o dever de reparar surge, regra geral, de atos ilícitos diante dos quais é necessária a demonstração da culpa, o que não ocorreu no caso em questão. De outro modo, não poderia ter sido a decisão do juiz *a quo*, ao julgar improcedente a demanda.

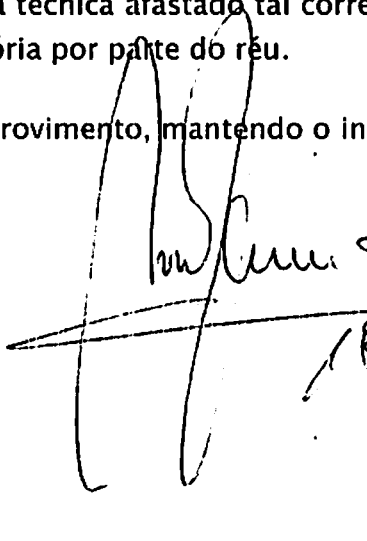
Senão vejamos o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, acerca da matéria:

EMENTA: INDENIZAÇÃO - ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOLETIM DE OCORRÊNCIA - NÃO COMPROVAÇÃO DE CULPA - IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO POR PRESUNÇÃO.- Não comprovando-se quem agiu com culpa no acidente, e não podendo haver condenação por dedução ou presunção, o pedido deve ser julgado improcedente. - A culpa não deve ser presumida, e sim demonstrada e lastreada em prova concreta e indubitosa.
(APELAÇÃO CÍVEL N. 451.775-9, Relator: BATISTA DE ABREU, Data da Publicação: 30/04/2005, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais).

A responsabilidade civil, por ato ilícito, não poderá existir sem a relação de causa e efeito entre os atos do agente e o prejuízo, pelo que, tendo a prova técnica afastado tal correlação, descabe falar em obrigação reparatória por parte do réu.

Posto isso, nego provimento, mantendo o inteiro teor da r. sentença de primeiro grau.

É como voto.


18/10/09



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JONES FIGUEIRÊDO ALVES

1
195
fl. 192
Dir

4ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL nº 108099-1 – Surubim – 2ª VARA

APELANTE : IVONETE MADALENA DA SILVA
APELADA : TREVO BANORTE SEGURADORA S/A
RELATOR : JUIZ FRANCISCO JULIÃO DE OLIVEIRA
SOBRINHO
REVISOR : DES. JONES FIGUEIREDO ALVES

VOTO DE REVISÃO:

A apelante IVONETE MADALENA DA SILVA busca a reforma total da sentença *a quo*, sustentando, basicamente, a culpabilidade do veículo segurado pelo acidente automobilístico que vitimou o seu esposo José Crispim da Silva.

Nesse sentido, induz à legitimidade da Seguradora ré, ora apelada, ao pagamento da verba indenizatória almejada na inicial.

Como visto, a seguradora recorrida nega a sua participação no sinistro e, nessa diretriz, invoca a ausência de cobertura securitária por danos à terceiro, quando, relativamente, ao próprio segurado a culpa pelo evento não restou evidenciado (fl. 12).

Pois bem.

Em primeiro momento, cumpre registrar que à seguradora descabe invocar a ausência de responsabilidade frente ao terceiro prejudicado por veículo de titularidade de seu segurado.

Isto porque, "... as relações jurídicas oriundas de um contrato de seguro não se encerram entre as partes contratantes, podendo atingir terceiro beneficiário, como ocorre com os seguros de vida ou de acidentes pessoais, exemplos clássicos apontados pela doutrina" (REsp 257.880/RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ 07/10/02).

Ademais, há de se reconhecer como possível o ajuizamento de ação indenizatória diretamente contra seguradora, que possui responsabilidade em razão da apólice securitária e não por ter agido com culpa no acidente; tendo em vista, inclusive, a função social do contrato.

Am Nh.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JONES FIGUEIRÊDO ALVES

2
de 193
dir

196

É o que se extrai do julgamento do RESP nº 444716/BA, de Relatoria da eminente Ministra do STJ, Fátima Nancy Andrighi, a saber:

"(...) III- Da ofensa aos arts. 3º, 267, VI, 1.432, 1.458 e 1.460, do CC, e dissídio jurisprudencial **sobre a legitimidade da seguradora para figurar no pólo passivo em ação ajuizada por terceiro, a jurisprudência das duas turmas que compõem a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que é cabível a ação direta do terceiro, em face da seguradora.** Assim demonstram as seguintes ementas:

"Recurso especial. Ação de indenização diretamente proposta contra a seguradora. Legitimidade. 1. Pode a vítima em acidente de veículos propor ação de indenização diretamente, também, contra a seguradora, sendo irrelevante que o contrato envolva, apenas, o segurado, causador do acidente, que se nega a usar a cobertura do seguro. 2. Recurso especial não conhecido." (REsp 228.840/RS; DJ: 04/09/2000: Rel.p/ acórdão Min. Carlos Alberto Menezes Direito). (g.n.)

"RESPONSABILIDADE CIVIL. Acidente de trânsito. Atropelamento. Seguro. Ação direta contra seguradora. A ação do lesado pode ser intentada diretamente contra a seguradora que contratou com o proprietário do veículo causador do dano. Recurso conhecido e provido" (REsp 294.057/DF; DJ:12/11/2001; Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar).

A visão preconizada nestes precedentes abraça o princípio constitucional da solidariedade (art. 3º, I, da CF), em que se assenta o princípio da função social do Documento: 694822 - RELATÓRIO E VOTO - Site Certificado Página 4 de 5 contrato, este que ganha enorme força com a vigência do novo Código Civil (art. 421).(g.n.)

196



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JONES FIGUEIRÊDO ALVES

3
fl. 194
Ar

197

De fato, a interpretação do contrato de seguro dentro desta perspectiva social autoriza e recomenda que a indenização prevista para reparar os danos causados pelo segurado a terceiro, seja por este diretamente reclamada da seguradora. **Assim, sem se afrontar a liberdade contratual das partes - as quais quiseram estipular uma cobertura para a hipótese de danos a terceiros - maximiza-se a eficácia social do contrato com a simplificação dos meios jurídicos pelos quais o prejudicado pode haver a reparação que lhe é devida.**

Cumprem-se o princípio constitucional da solidariedade e garante-se a função social do contrato (...)." - (g.n.)

Na orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, outros são os precedentes:

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CONTRATO DE SEGURO FACULTATIVO. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. AÇÃO INDENIZATÓRIA AJUIZADA CONTRA O CAUSADOR DO DANO E SUA SEGURADORA. ADMISSIBILIDADE. A ação indenizatória de acidente de trânsito pode ser intentada, a critério do lesado ou seus sucessores, diretamente contra a empresa seguradora contratada pelo proprietário do veículo causador do dano, apenas contra este, ou ainda contra ambos, atendendo-se, assim, ao princípio da efetividade do processo" (TJSC, AI nº 2002.015458-5, 2ªCC, Rel. Des. Luiz Fernando Freyesleben, DJ 06/02/03).

"CONTRATO DE SEGURO. LEGITIMIDADE ATIVA. BENEFICIÁRIO. ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO. VALOR DA INDENIZAÇÃO PREVISTA NO CONTRATO. 1. O terceiro beneficiário, ainda que não tenha feito parte do contrato, tem legitimidade para ajuizar ação direta contra a seguradora cobrando a indenização contratual prevista em seu favor. 2. Demonstrada a culpa do condutor do carro segurado no acidente que causou os danos que justificam o pedido de indenização, deve ser pago o valor previsto para esse fim, descartado o pretendido pelos beneficiários que não encontram arrimo no contrato assinado com a seguradora. 3. Recurso parcialmente

[Assinatura]



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JONES FIGUEIRÊDO ALVES

4

fl. 195
dir

198

provido" (TJDF – APC nº 20030810023998APC, Rel. Des. Antoninho Lopes, 6ª TC, DJ 27/04/2006).

Deveras, a Seguradora é parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda. Todavia, necessária se faz a análise da culpa para que a seguradora seja obrigada a ressarcir os danos causados a terceiros em razão do sinistro.

Afinal, apenas estará obrigada a seguradora a ressarcir a autora pelo falecimento do seu marido (em discussão na causa originária), se o segurado àquele sinistro deu causa. Do contrário, não cabe aventar-se indenização decorrente do contrato de seguro, mas em favor de terceiro. Imperiosa, pois, a análise da culpa no evento.

Outrossim, promana dos autos que o segurado foi denunciado por homicídio culposo, tendo sido o processo suspenso por um prazo de dois anos, na esteira do art. 89 da Lei nº 9099/95 (fls. 43/45).

Tal circunstância processual reforça a conclusão judicial de ausência de prova robusta nos autos, para aferição da culpa do segurado pelo evento danoso.

Ora, a culpa descaracterizada implica no conseqüente afastamento da responsabilidade civil.

Quanto à alegação de inovação do pedido, na fase recursal, empreendida nas contra-razões da recorrido, entendo-lhe assistir razão.

Nesse particular, transbordando os pedidos formulados no apelo os limites objetivos da lide apresentados na exordial, bem como havendo resposta da parte demandada e conseqüente deliberação do Juízo o recurso não há de ser conhecido.

De acordo com o art. 264, parágrafo único, do CPC, não cabe a alteração da causa de pedir, o que se justifica pelo respeito aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, impedindo a surpresa à parte contrária no curso do processo.

Desde que, lançada a sentença com base do que foi posto na inicial, não pode o Tribunal reformá-la ao interesse da parte com base em pedido ou causa de pedir diversos.

Mutatis mutandis, eis o recente precedente, no que interessa:

Ver



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JONES FIGUEIRÊDO ALVES

5
pl. 196
cl
199

"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. (...). NOVAÇÃO RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. Não se conhece do recurso no ponto relativo à indenização por danos morais, porquanto não foi objeto de pedido na petição inicial. Inovação recursal incabível." (TJRS – 18ª Câmara Cível, AP nº 70019473248, Rel. Des. Pedro Celso Dal Pra, j. 31/05/2007).

Por todo o exposto, o meu voto é pelo improvimento da presente apelação cível, confirmando a r. sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 18.11.05

Des. Jones Figueirêdo Alves
Revisor